



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141471 - MG (2021/0013550-5)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : CRISTIANO DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADOS** : CLAUDINEI ROBERTO DA SILVA - MG184647  
EDSON MAICK DIAS SANTANA E OUTRO(S) - MG199906  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CRISTIANO DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.581041-9/000).

O recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime descrito no art. 121 § 2º, incisos III e VI, §2º-A, inciso I, do CP.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora insurgente, a ordem foi denegada.

Sustenta a parte inexistir motivação contemporânea e idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura com ou sem a imposição de cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que os fundamentos que motivaram a manutenção da prisão do recorrente, mostram-se *a priori* concretos, explicitando que *"a decisão que decretou a prisão preventiva evidencia a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, aplicação da lei penal e proteção da integridade física e vida da vítima"* (fl.201).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência